

dever de vir para a revolução em defesa da liberdade e o Director do Partido Republicano Português tem o dever de secundar o movimento em favor da Constituição.

Clemente Vieira dos Santos

Scenas do D. Quixote

Os sindicalistas de Lisboa estão seriamente indignados com o que parece ser desde já uma provocação da parte de certos elementos de 14 de Maio.

Já no acesso da luta um outro jornal noticiou a prisão dum «conhecido sindicalista» pouco conhecido e nada sindicalista, que andava a bater-se pelo governo de Pimenta de Castro! Nem faltou quem fantasiasse os sindicalistas a vomitar balas e bombas, sob o comando do «herói da Rotunda», que alguns pobres patetas supõem ser nada menos do que o chefe dos sindicalistas!

O mais engraçado foi um valente revoltoso, vencedor de cem combates, gabar-se de, entre inúmeras proezas, ter desbaratado os sindicalistas no Campo de Santa Clara!... Belo: «a batalha de Santa Clara!» Aviso aos fabricantes de oleografias e aos desenhadores de jornais ilustrados.

O outro também tomava moínhos de vento por desconhecidos gigantes e rebanhos de carneiros por exércitos numerosos e agueridos. E durante os recentes acontecimentos, foram copiosamente fuzilados melancólicos e desabitados edifícios, que apenas opunham ao heróico assalto a leve fumaça branca da calça esburacada, póeira essa que se tornava a clara confirmação do nutrido tiro de dois sitiados...

Os nossos amigos de Lisboa escusam de se arrelhar: a coisa tem o seu lado cómico...

Verdade é que o que mais os revoltou foi a busca passada na sede da Juventude Sindicalista, aliás «sem resultado». Não tendo havido motivo algum para tal, a coisa pareceu uma provocação. Parece haver o empenho de meter a força na contenda os nossos camaradas, que, ante a rixa sangrenta provocada pelos aventureiros políticos e travada entre os pequenos, se conservaram espectadores neutros, embora não indiferentes nem insensíveis. Mas os políticos, tão fáceis em acusar os operários de perturbadores da ordem e inimigos das instituições, terão de procurar outro pretexto, se quiserem atacar as organizações operárias.

Portanto, vejamos só o lado cómico—que tristezas e misérias já as temos em demasia.

Confissões e Depoimentos

Do grande jornal inglês o Times, de 8 de Março último:

Ha ainda, ao que parece, ingleses e inglesas que erram grandemente a respeito das razões que forçaram a Inglaterra a desembainhar a espada. Sabem que foi a violação flagrante da neutralidade belga pela Alemanha que encheu a taça da sua indignação e determinou o movimento popular em favor da guerra.

Não fustigem que teriam bastado o nosso interesse e a nossa honra para nos obrigar a pormo-nos ao lado da França e da Rússia, ainda que a Alemanha tivesse escrupulosamente respeitado os direitos dos seus fracos vizinhos e procurando abrir caminho através das fortalezas do Leste... A invasão da Bélgica e mais ainda o abominável sistema de crime que a seguiu como-veram-nos, na verdade, profundamente. Como a Alemanha, comprometeram-nos a garantir a neutralidade belga. Ao contrário da Alemanha, sentimos-nos ligados, na honra, pela palavra que deramos. Mas sabemos muito bem que, cumprindo-a, e puro interesse egoísta caminhava de mãos dadas com a honra, a justiça e a piedade. Porque garantimos nós a neutralidade da Bélgica? Por uma razão imperiosa de interesse egoísta, pela razão que sempre nos levou a opormo-nos ao estabelecimento duma grande potência, seja ela qual for, em face da nossa costa oriental, pela razão que nos fez defender os Países-Baixos contra a Espanha e contra a França dos Bourbonns e de Napoleão.

Cumprimos a nossa palavra quando a demos mas não a damos sem sólidas razões práticas e não nos apresentamos como D. Quixotes internacionais, constantemente prontos a endieitar tortos que não nos fazem mal algum.

Chamam-se legisladores os homens que fazem regras para os outros e excepções para si mesmos.

A. GUYARD.

Notas de perto

VII

Meu caro C.

Entre as firmas que ganham honradamente a vida roubando e armando os povos de todas as pátrias para depois gosarem de longe, em paz e a bom recato, o efeito do seu trabalho, figura, como deves saber, a Vickers C.

Em fins de Março de 1911 estive em Barrow-in-Furness, visitei os seus estaleiros e oficinas e ofereceram-me lá um catalogo da casa, com 110 pags. de prosa, de propaganda dos seus trabalhos, e quase outras tantas gravuras demonstrativas.

Pensei transcrever d'ele, apenas alguma coisa elucidativa do quanto este benemerito tem beneficiado a humanidade com os seus inventos e serviços que prestam e certo estou que não perderás nada (sem reclame á casa) se leres pelo menos o que ele diz em quase toda a Introdução do mesmo catalogo. E' um pouco longa, mas lê:

«O Primeiro Lord do Almirantado Inglês, numa recente ocasião historica, disse: «Se não tivesse aparecido Messrs. Vickers, o primeiro dever da Nação seria descobri-lo».

«Ha mais de cem anos, Vickers tem feito materiais adaptaveis á guerra e a fins pacificos, e adquiriu uma experiencia e organisou um pessoal não excedido no mundo».

«Incluindo apenas navios de guerra construidos dentro dos ultimos dez anos, a Vickers C. tem construido mais de cem navios, em todos os tipos, e colectivamente de cerca de 300.000 toneladas de deslocamento. Nêles estão incluídos couraçados, cruzadores couraçados, alguns de 28 nós, barcos torpedeiros, destroyers de mais de 30 nós e submarinos. Tem, ha dez anos, manufacturado máquinas para mais de 110 navios de guerra, atingindo 550.000 cavalos-vapor, incluindo turbinas para os Lion, Princess Royal, Dreadnought, Vanguard e muitos outros navios. Tem armado, nos ultimos dez anos, blindagens de canhões para mais de cinquenta couraçados e cruzadores».

«A Vickers C. tem um capital de mais de oito milhões esterlinos. Tem gasto mais de cinco milhões esterlinos só no provimento de mecanica e ferramenta para a manufactura de material de guerra. Estão aptos a construir máquinas, couraçados, fornecer canhões e seu maquinismo, montar torpedos, equipar com todas as munições de guerra qualquer tipo de navio, sem recorrer a qualquer Companhia além daquelas pelas quais esta fór responsável. Empregam, em tempos normais, 25.000 operarios extremamente hábeis, e pagam anualmente de salarios 1.600.000 libras».

O Primeiro Lord do Almirantado Inglês, referindo-se a estas productividades, disse: «Refiro-me á existencia de uma firma como a de Messrs. Vickers como a uma propriedade nacional. Nós (o Almirantado Inglês) compramos á Vickers C., mas sentimos que quando eles nos entregam os armamentos estão prestando um serviço Nacional, e estão dando o melhor que a Inglaterra tem para dar como material para o serviço da nossa Armada Nacional. Nós (o Almirantado) estamos na posição de compradores e Messrs. Vickers na de vendedores, mas sinto-me feliz em dizer que as relações entre nós e a Vickers C. são muito mais cordéis do que as ordinarias relações de comercio».

«Testemunho similar poderia ser citado para mostrar que quasi todos os Governos do mundo tem a mesma confiança na Vickers C.» (é nosso o comando). O Representante do Governo Russo, quando o cruzador-couraçado «Rurik» deixou as aguas Britanicas, desfraldando a bandeira Imperial Russa, telegrafou á Vickers C.: «Espero que vos orgulheis sempre do nobre navio que construisteis com tal pericia e boa vontade para satisfazer os nossos desejos».

«Quanto ao trabalho para a marinha mercante...» passemos adiante: não censuramos nem ci-

temos o que não temos em vista. «Como Oficinas da Companhia compreendem-se as seguintes:

«River Don Works, Sheffield, para a manufactura de chapas couraçadas, canhões, blindagens, etc».

«Naval Construction Works, Barrow-in-Furness, para a construção de todos os tipos de navios de guerra e mercantes, com todo o seu maquinismo, canhões, blindagens, applicações hydraulicas, balas e granadas».

«Ordnance Works em Erieth, para a manufactura de canhões de tiro-rápido, Maxim e canhões revolvers, com blindagens, carretas e munições».

«Birmingham Works, para a construção de automoveis Wolseley-Siddeley, e motores para aeroplanos, dirigiveis e barcos».

«Birmingham Works, para a manufactura de accessorios electricos e de material de guerra».

«Crayford Works, para o fabrico de cartuchos, fusos e munições».

«Dartford Works, para o fabrico de pólvora e munições».

«Heavy Gun Range em Eskmeals, Cumberland, para experiencia de todos os tipos de canhões e blindagens, couraçados, balas, etc».

Campos para experiencia de canhões automaticos e de tiro rápido, em Eynsford e Swanley».

«Placencia de las Armas C., Espanha, para a manufactura de armamento».

A Vickers C., em adição, tem largos interesses em outras empresas ligadas á construção naval. Compreendem-se, entre outras, as seguintes bem conhecidas firmas:

«Na William Beardmore, C. Ltd., com oficinas de couraçados em Glasgow e estaleiros navais em Dalmuir, no Clyde».

«Na Vickers-Terni C., com grandes oficinas de armamento e construção em Spezia, na Italia».

«Na Sociedad Española de Construccion Naval, que se encarregou da reconstrução do Real Arsenal do Ferrol e Cartagena, e ali da construção de uma nova armada espanhola». Vivam os nossos aliados!

«Na Whitehead Torpedo C., com oficinas em Fiume, Austria (que te citei na Nota anterior) e em Weymouth, Inglaterra, para a construção de torpedos automoveis; e»

«Na Chilworth Powder C., para a manufactura de todos os tipos de explosivos».

Creio que esta transcrição te demonstra rasoavelmente quem desejava a guerra, que nem só o militarismo alemão é ameaça que pesa permanentemente sobre os povos escravizados e que se a um é necessario combater ao outro é preciso não deixar de pé.

Sabes como as pequenas e grandes republicas americanas andam consecutivamente em rixa e como só ás armas recorrem para resolver os pleitos que os respectivos governos lhes arranjam.

Não falando em outras a Argentina já por vezes se tem querido atirar ao Brazil e tambem ao Chile, e inversamente. Queres ver o que o Catalogo da casa Vickers a este respeito nos diz? Abro a pag. 8 e transcrevo:

«A Vickers C. tem fornecido material de guerra para todas as Republicas Sul Americanas. Projectaram e construíram o couraçado «Libertad» para a Armada Chilena; o successo do projecto recomendou-se tanto por si que o Almirantado Inglês comprou o navio depois de pronto, passando a chamar-se «Triumph».

«Para a Armada da Republica do Perú a Vickers C. projectou e construiu dois cruzadores de 24 nós, o «Almirante Grau» e o «Cónel Bolognesi»; para o Governo Mexicano, o cruzador «General Guerrero»; e para a Armada Argentina projectaram e construíram o maquinismo para dois cruzadores ligeiros».

«Para a Nova Armada Brasileira a Vickers C. construiu, com as respectivas máquinas, o couraçado «São Paulo» e forneceu o maquinismo para dois navios iguais e para dois cruzadores. O «São Paulo», etc... segue-se uma pequena descrição que não interessa ao caso.

Agora, para complemento, vê o

que num jornal do fim do mês passado eu encontro:

«Vickers Ltd.—Os directores decidiram colocar 250.000 libras na reserva geral e recomendar um dividendo final de um shilling e meio por acção (340 reis ao par, hoje 540 rs. aproximadamente) livre de impostos, nas acções ordinarias, fazendo 12.5 por cento e por ano. O total a juntar ao activo é de 228.876 libras».

Desculpa, meu caro, se eu fu-tão chato pelo longo destas transcrições; mas é o desejo ardente que eu tenho de documentadamente mostrar que os militarismos se igualam e que nem só devem ser amaldiçoados os terriveis hunos. Os negociantes de guerras (Warmongers) dos países aliados, os capitalistas que de todas as misérias e de todos os crimes tiram proventos, não foram menos culpados do que os outros. Maldição para todos.

Para lastimar são apenas os cegunhos que não querem vêr e que são os salarizados de todos os países.

Londres, 25-5-1915

Teu

H. QUESARIO

DOCUMENTOS

Manifesto da federação metalúrgica de França, pelo primeiro de Maio

Este 1.º de Maio de 1915 verá o fim do nono mês duma guerra atroz, sem precedente na história.

No 1.º de maio, haverá nove meses que, segundo as houbes, verídicas e corajosas palavras pronunciadas por Karl Liebknecht em 2 de Dezembro de 1914:

O lema alemão: «contra o tsarismo», exactamente como o lema inglês e francês «contra o militarismo», serviu de meio para pôr em movimento os mais nobres instintos, as tradições e as esperanças revolucionárias do povo em proveito do ódio entre os povos.

E tornar possível, inevitável, ajuntaremos nós, o irromper da guerra pelo desencadeamento das paixões e da cegueira geral.

Nove meses, durante os quais tudo o que o génio humano descobriu foi pôsto ao serviço do assassinato e da matança por junto dos trabalhadores, que costumavam no Primeiro de Maio unir-se fraternalmente num pensamento comum, através das fronteiras!

Nove meses! durante os quais toda a imprensa de todos os países tem inventado todas as espécies de calúnias e de mentiras. Durante os quais, esquecida nobreza do seu papel, se tem encarniçado, sem comedimento nem repouso, em enganar os trabalhadores, em cultivar os ódios fratricidas entre os povos. Durante os quais tem apêlido para as paixões mais baixas, para os instintos mais vis, para os sentimentos mais miseráveis, para as represálias mais ferozes, que nós qualificamos: Crime contra a dignidade, o pensamento, a humanidade, contra a Internacional operária inteira, que se pretende aniquilar e que nós temos defendido e continuaremos a defender contra todos.

Nova meses, enfim, durante os quais o ódio tem triunfado da justiça e da verdade. Durante os quais a lógica, o simples bom senso e a razão tem sido suplantados pela mentira desonrosa e infamante.

Basta! e não quisemos deixar passar este 1.º de Maio sem fazer ouvir a nossa voz. Neste 1.º de Maio, temos empenho em repetir a todos os nossos militantes, aos nossos aderentes, ás nossas organizações, aos nossos camaradas da Alemanha e da Inglaterra, da Austria-Hungria e da Bélgica, de todas as nações unidas pela Internacional, o que dizíamos, o que declaramos desde o primeiro dia do conflito: Esta guerra não é a nossa guerra! Esta guerra é o resultado duma politica de colonialismo e imperialismo agressivos em que todos os governos tem o seu quinhão de responsabilidade, como a própria Conferência de Londres, de 14 de Fevereiro de 1915, foi obrigada a reconhecer.

Tal era o nosso pensamento, o que dizíamos no dia da declaração de guerra, o que não cessámos de proclamar no seio da Comissão Confederal. E, ser-nos há permi-

tida recordá-lo: no mesmo dia em que, na Comissão Confederal, foi apresentada a questão da colaboração na Comissão Nacional de Socorros, uma só voz, a dos nossos delegados, se ergueu ali para dizer em substancia:

Deveríamos limitar a nossa colaboração tendo em conta os nossos principios. A nossa colaboração na Comissão Nacional de Socorros é um passo num mau caminho. Seria talvez imprudente não o dar, mas dêmo-lo prometendo a nós mesmos que, para o futuro, só nos deveremos comprometer tendo em conta o papel e os principios da C. G. T.

E falando assim, os nossos delegados entendiam, em nome nosso, que era aquele o extremo limite do concurso, da colaboração moral que devíamos dar a governantes que, antes da guerra, nunca tinham cessado de perseguir, de oprimir a classe operária. Entendíamos que o papel da C. G. T., dos seus militantes, era, antes de mais nada, preocupar-se com as organizações sindicais para ver o que era possível salvar da tormenta.

Entendíamos que devíamos conservar toda a nossa liberdade, a nossa independência em face dos governantes. Que, associando-nos á sua acção própria pela guerra, seguindo-os cegamente, perdíamos o direito, a razão, a força moral de o censurar aos que, em seu país, não hesitaram em se pôr ao lado dos governantes e de nos apresentar, depois da guerra, com inteira independência, perante a Internacional operária. Que, enfim, colaborando muito estreitamente com os nossos governantes, perdíamos o direito de apelar para a razão, pela paz, antes da hora por eles escolhida.

Eis porque, por essas únicas razões, sempre que foi necessario, a nossa voz se elevou veementemente, no seio da Comissão Confederal, contra aqueles nossos amigos que, desprezando os principios sindicalistas e internacionalistas, pretendiam pôr ao serviço dos governantes a autoridade moral da C. G. T. para accentuar a obra de carnificina e de rufina provocada pela guerra.

Quando nos diziam que só o militarismo prussiano é que era o causador da guerra, respondíamos que havia um militarismo imperialista europeu e mundial, produto da vontade de todos os governantes, com igual responsabilidade na guerra.

Quando, para arrastar os nossos camaradas até ao fim,—e que fim?—pretendiam que a guerra daria em resultado o desaparecimento do militarismo, nós respondíamos que isso era ludibriar a classe operária, pois o militarismo havia fatalmente de sobreviver á guerra.

Quando, mais ou menos abertamente, se quisava dizer que a guerra era uma guerra de raças: latinos contra tentões, dizíamos que era criminoso propagar semelhante estupidez.

Quando se falava do espartejamento territorial da Alemanha, respondíamos que isso era uma loucura criminosa e irrealizável, que podia quando muito excitar os sentimentos nacionais dos trabalhadores alemães e compeli-los a uma resistência desesperada essem saída.

Quando, cegos do mesmo imperialismo que censuravam aos alemães, alguns reclamavam que em França se aproveitasse a guerra para conquistar os mercados exteriores da Alemanha, nós apontámos o absurdo de tais pretensões no momento em que, de facto, uma nação inteira tem os seus elementos activos na guerra ou a serviço dela. E eram também um dos meios de exasperar os trabalhadores alemães e prolongar o conflito, assim como de preparar, dentro de breve prazo, uma nova guerra. A esta loucura imperialista opúnhamos nós o accordo, pela livre concorrência, das nações em todos os mercados do mundo, accordo ao qual cada uma delas levaria o seu génio particular, a sua actividade comercial pessoal ou colectiva, baseada no seu poder criador de bem-estar e liberdade: as forças de trabalho pela paz.

Quando clamavam que esta guerra era de libertação, mostrávamos-lhes, no exterior, a sega e implacável potencia de reacção da Rússia tam inexorável como aq-

tes da guerra; e no interior, todas as forças de reacção trabalhando, em tudo e por toda a parte, na preparação do escravamento moral e material de toda a classe operária, de todos os proletários, em benefício do capitalismo e das forças retrógradas do passado.

Aos que, neutros na guerra, tentavam, por cima das fronteiras, paixões e ódios, fazer entrever um clã de paz aos beligerantes, demos a certeza da nossa simpatia, inclinando-os a proseguirem nos seus esforços. E a Conferência de Londres, pela oposição do nosso representante na Comissão Confederal a ela delegada, foi obrigada a ter em conta o nosso ponto de vista.

Tal foi, em suas grandes linhas, a nossa atitude. Tal é ainda hoje, mais do que nunca, o nosso pensamento inteiro.

E' por terem sido tais a nossa atitude e o nosso pensamento, que consideramos um dever associar-nos ao manifesto dos trabalhadores alemães que, corajosamente, aprovando a attitude de Karl Liebknecht, Mehring, Ledebour, Zetkin, Rulhe, Rosa Luxemburgo, apelam para a Internacional e declaram:

«E hoje está desvendado o verdadeiro fim da guerra: os governos antagonistas querem o esgotamento das nações inimigas. Temem uma paz armada que não passaria duma pausa antes dum apelo ás armas. Por consequência, o inimigo deve ser esmagado de tal forma que nunca mais possa tornar a levantar-se. Cada um deles quer atingir as próprias raízes da existência dos seus inimigos. Tal é o grito lançado da Rússia contra a Austria, tal é o grito que ressoa de ambos os lados dos Vosgos e da Mancha.

Qual será o resultado inevitável se nenhuma resistência opusermos a esse furor desencadeado? Ou a lei tirânica de vencedor, ou — e é o que mais provável parece — a chacina reciproca até á exaustão de cada adversário. Nestas duas eventualidades, atrasar-se há séculos o desenvolvimento económico, democrático e socialista da Europa.»

Isto é, as classes operárias de todos os países — mesmo daqueles que se considerassem vitoriosos — vencidas, divididas, odiando-se para séculos. Antes que continuar a calar-nos e a aceitar semelhante responsabilidade, gritamos com esses mesmos camaradas aos nossos camaradas, ás nossas organizações, a toda a Internacional:

«Mistremos que nos mantemos invencivelmente apegados ao socialismo internacional. De acordo com as resoluções dos congressos internacionais, trabalhemos agora, já que capazes não fomos de impedir a guerra, trabalhemos com todas as nossas forças por uma rápida conclusão da paz. Temperemos a nossa vontade de paz para que ela possa resistir a todas as provas. Podemos o que firmemente queremos. Através do mundo, ignorando todas as fronteiras, seja d'ora-avante ouvido um clamor unido: Paz!»

Não uma paz militarista com anexação pela força, não uma paz com conquista imperialista, mas uma paz baseada nos princípios seguintes:

Nenhuma anexação;
A independência política e económica de cada nação;

O desarmamento;
A arbitragem obrigatória.

E' essa a paz que nós queremos; e tenhamos bem presente que depois a paz só será definitiva e só ficará garantida no dia em que as classes operárias de todas as nações tiverem adquirido, no seio das suas organizações, uma consciência profunda dos seus deveres reciprocos e, por isso mesmo, uma capacidade de acção verdadeira, capaz de impedir qualquer guerra pela opposição directa das forças organizadas e actuantes na Internacional Operária.

As nossas organizações, aos nossos militantes, á Internacional inteira, entregamos a nossa attitude de passada, o nosso pensamento actual, a consciência tranquila do dever cumprido. Estamos convencidos de que, procedendo assim, procedemos em conformidade com os princípios fundamentais e tradição do sindicalismo, assim como da Internacional, e asseguramos á sua continuidade de pensamento e de acção.

Eis porque éles pensarão conosco que a Federação dos Metais, terminada a guerra, poderá dizer aos trabalhadores do mundo inteiro: «Nos dias difíceis, atrozes e dolorosos, de carnificina, de calúnias, de infâmias e de mentiras, mantivemo-nos féis á nossa fé e ao nosso dever de classe internacional.»

A FEDERAÇÃO DOS OPERÁRIOS EM METAIS E SIMILARES DE FRANÇA.

A justiça no Evangelho

Entende-se por justiça a virtude que nos impelle a dar a cada um o que lhe é devido.

Assim o entenderam todos os povos presentes e passados: assim o definem todos os dicionários modernos.

E' exacta a definição; negar a alguém o que lhe é devido é uma injustiça clara e manifesta.

Mas esta verdade tem sido coberta pela malícia dum sofisma, e a ignorância cometeu uma injustiça invocando precisamente as palavras do Evangelho.

Dar a cada um o que lhe é devido é uma fórmula absoluta que não admite condição alguma que a limite.

Diz o Evangelho que um homem que sentia as fraquezas da carne, juntamente com as grandezas infinitas da divindade, interrogado uma vez sobre se era justo pagar tributo a Cesar, reparando nas inscrições duma moeda, respondeu: «Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus.»

Os comentaristas teólogos, tanto católicos como protestantes, estão de acordo ao afirmar que Jesus quiz com isto dizer que a cada um se deve dar o que lhe é devido; isto é, com aquelas palavras quiz exprimir a fórmula absoluta da justiça.

Que é o Cesar? Um homem de natureza igual á de todos os homens, constituído pela desigualdade e pelo privilégio em dono e senhor dos seus semelhantes.

Que é Deus? Um ser imaginário, pois que os próprios crentes dizem que é sobrenatural e incompreensível, que se acha fora de todo e qualquer contacto e relação com os homens.

A moeda, como sinal de troca com o qual se pode adquirir tudo, representa a riqueza universal, e como traz o busto e o nome do Cesar, toca ao Cesar segundo a máxima evangelica.

A parte moral do homem, o que em nós produz o pensamento, a imaginação, a vontade e o sentimento, considerado pelos crentes como um ser imaterial dentro do nosso ser material, embora a sciencia repudie semelhante dualismo, pertence a Deus, se damos crédito ao Evangelho.

Logo, tudo o que o homem descobriu com o estudo, modificou com o trabalho e reservou com a previsão, tem ele que o entregar a um homem igual aos outros homens; e o que constitui a essencia do ser, a parte mais nobre da existência, tem que o anular para o entregar a um ser imaginário, cuja existência não se manifesta nem se torna perceptivel a nenhum dos nossos meios de conhecimento, pois que não se vê, nem se ouve, nem se cheira, nem se apalpa, nem se saboreia, nem sequer se concebe por indução racional.

E se a Deus e a Cesar havemos de dar tudo quanto possuímos e quanto somos, que resta para nós?

Se a cada um deles se ha-de dar o que lhe é devido, quem nos dará o que nos é devido a nós?

Assim, temos que dar sempre, sem esperança de que nos caiba a reciproca.

E nem todos dão, ou pelo menos muitos ha que dão o dos outros, reservando para si uma parte consideravel. O privilegiado paga ao Cesar, mas é com parte da riqueza acumulada com a exploração; e cem o que para si reserva ainda amontoa patrimonios dignos de se comparar com os dos reis mais poderosos. O sacerdote, como vive isento de todos os encargos sociais, nada dá ao Cesar, nem tampouco a Deus, desprovido de mãos para receber, contentando-se com prégar uma moral cuja existência se exprime pela conhecida fórmula: faze o que eu digo, e não oizes para o que eu faço.

De modo que se torna evidente que, com a maxima: «Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus», longe de se estabelecer uma fórmula universal de justiça, apenas se cimentou a injustiça.

«E' necessario um Deus para a canalha», disse um filósofo, — não sei se como um conselho aos tiranos e aos exploradores, se como uma excitação á dignidade dos oprimidos e dos explorados.

«O povo reza e paga», disse

um pensador para exprimir graficamente a nossa abjecção moral e material.

Nisso veio a dar a justiça segundo o Evangelho.

Não; a despeito do Evangelho nada devemos ao Cesar. A Terra é nossa, isto é, de todos; são nossas as forças todas da natureza, enquanto as conhecemos e as subjugamos por meio da sciencia; nossas são as riquezas com tais elementos produzidos.

Não; a despeito do Evangelho, não podemos abdicar, por pouco que seja, do que constitui o nosso ser, e se um fanático que a si proprio se chamou Deus pode dizer «quem quizer seguir-me, que se negue a si mesmo, tome a cruz de cada dia e venha», fique sozinho na sua temeraria pretensão, pois nós nada devemos a Deus.

No Evangelho não existe, pois, a justiça.

Nós, como seres humanos, que aspiramos ao desenvolvimento das nossas faculdades, e como trabalhadores, que não queremos repartir o fruto do nosso trabalho com mandriões e embusteiros de testamentos e Evangelho.

A' iniqua fórmula evangelica podemos opôr outra, não revelada por poder sobrenatural algum, em bôra absolutamente racional e justa:

«Não ha deveres sem direitos; não ha direitos sem deveres.»

Anselmo Lorenzo

Emancipação da mulher

A igualdade dos sexos

Sobre este tema tem-se escrito muito e talvez demais; dum lado montanhas de livros para demonstrar que a mulher é intelectualmente igual e talvez superior ao homem, e que portanto lhe cabe a emancipação; do outro, inúmeras publicações para provar ser a mulher inferior ao homem em qualquer campo, ser nociva a sua emancipação, que conduziria á perda, nela, de todo e qualquer sentimento gentil.

E num e noutro campo houve excessos; os partidários mais fervorosos do *feminismo* deprimiram os dotes do homem, engrandecendo os da mulher, pediram que lhe seja dada a direcção da familia: os adversários pintaram a mulher como um monstro de astúcia e iniquidade.

A nosso var, a questão tem sido completamente falseada, pois que a igualdade social entre os dois sexos nada tem que ver com a inferioridade ou superioridade da mulher.

Ao fisiólogos compete verificar-se, pela servidão em que tem sido mantida, o seu cérebro se atrofiou, os sentimentos enérgicos e fortes se apagaram nela para dar lugar á astúcia.

Se tivéssemos de exprimir a tal proposito uma opinião, diríamos que a mulher vale tanto como o homem, visto que occupam parte bem insignificante no sexo feminino essas frívolas *coquetteries* apenas sensíveis á *toilette*, que a garidice e a civilização modernas formaram nas grandes cidades.

Quando consideramos a ajuda fortissima que a mulher presta ao homem nos campos, as provas de intelligência dadas por aquelas que avançam nos estudos, o óptimo resultado dado por elas como trabalhadoras, a ponto de se tornarem terríveis concorrentes do sexo masculino, a sua abnegação e heroismo como mães, afirmamos sem hesitar que a mulher pode ter aptidões diversas, mas não inferiores em importância ás do homem.

Mas, repetimos, isso de nenhum modo vem para o caso; a nossa pretensão seria igualmente justa se a mulher fôsse fisicamente e moralmente inferior ao homem.

E' inegavel que nos achamos em frente do facto de uma metade da espécie humana servilmente sujeita á outra metade.

E' uma escravidão que data de séculos e que em muitos povos é ainda mais profunda do que entre nós.

Ninguém ignora que entre os romanos a mulher estava sempre sujeita ao poder dum homem ainda que lhe morresse o pai e ficasse

donzela. Hoje, entre os chineses, os árabes, os negros, acha-se num estado de sujeição absoluta. A nossa civilização só concede o *jus commercii* (direito de tratar e concluir negócios) ás mulheres maiores não casadas, e nega ao sexo feminino toda a ingerência na administração pública, fechando-lhe a entrada de muitos empregos e profissões. Sem falar nos inúmeros prejuizos que lhe tiram a pouca liberdade que lhe é concedida, de modo que a chamada *honra* é o jugo mais pesado que sobre ella pesa.

E porque deve subsistir tão estridente desigualdade?

E' incontestado, é admitido por todos que os homens, sem distincção alguma, são capazes de idênticos direitos. — *Todos são iguais perante a lei* — diz mentirosamente o direito burguês.

Este princípio triunfou com efeito na campanha pela abolição da escravatura. A raça negra, tida por inferior á branca sob muitos aspectos, era indignamente conservada escrava. Pois bem! homens illustres não hesitaram em pedir para ella a igualdade de tratamento, e a humanidade deu-lhes razão.

Não falamos da Bshlja, que deixou cair sobre a mulher a maldição divina por ser ella a causa do pecado original (*Teus desejos dependerão de teu marido, e elle te dominará*, GENESIS, III 16).

Este argumento tem o mesmo valor que a maldição de Noé sobre seu filho Cam e o filho deste, Canaan (*Maldito seja Canaan: seja servo dos servos de seus irmãos*, GENESIS, IX 25), que tão invocado foi para justificar a escravidão dos negros, pretensos descendentes de Cam.

Quando a Biblia era considerada por todos indiscutível dogma, aquilo valeria por uma confutação; mas hoje que a critica a demoliu, não seria com certeza um argumento sério.

Portanto, ainda que a mulher fôsse inferior ao homem, pertencer-lhe-iam idênticos direitos; pelas mesmas razões que motivaram a concessão da liberdade aos escravos negros.

Este argumento, este raciocínio é de uma evidência tão clara que salta aos olhos de todos.

Mas porque será que a sociedade presente resiste tanto a emancipar a mulher? Porque teme tanto a evolução que a familia soffreria com a igualdade dos dois sexos?

Disto falaremos proximoamente.

G.H.

Coisas historicas

21-1855 — Sai em Paris o primeiro numero dum semanário anarquista com o titulo, *A Bandeira Vermelha*.

25-1817 — Descobre-se em Lisboa a conspiração do general Gomes Freire de Andrade contra o Jugo inglês.

26-1913 — A policia de Paris invade arbitrariamente o domicilio de 30 militantes sindicalistas e procede a minuciosas buscas...

27-1913 — O parlamento francez vota os créditos necessários para o ministério da guerra pagar as despesas com a lei dos tres annos de serviço militar obrigatório.

28-1913 — No mesmo parlamento, Barthou, com o aplauso dos deputados socialistas, annuncia as medidas rigorosas que vai empregar contra a Confederação Geral do Trabalho, por causa da sua propaganda, hostilizando a lei dos 3 annos.

29-1912 — Reclamando melhoria de situação, declaram-se em greve os empregados da Companhia Carris de Ferro, de Lisboa.

30-1834 — São suprimidas, em Portugal, as ordens religiosas.

Congresso da Paz

Não se tendo realisado no dia 16, por motivos imprevistos, a conferencia sobre o Congresso da Paz, convidam-se novamente os camaradas a comparecer no próximo dia 6 de junho, pelas 15 horas, na sede do jornal, dia em que o nosso camarada Serafim Lucena realisar á annunciada conferencia.

Explicações

Meu caro Maciel Barbosa: Li no último número de *A Aurora* a tua carta e nela encontrei as razões que te levaram a não dar publicidade á cópia da missiva que enviei ao socialista Francisco Pinto Cerqueira. Segundo as tuas conclusões foi esse pseudo socialista que faltou ao compromisso tomado, o que vem provar que essa criatura nem sequer tem consciencia dos seus actos e das suas acções...

Comigo, porem, o caso é outro. Eu não posso submeter-me ás decisões que outros tomem sem me consultarem. Bem sei que para fazeres o que me dizes te orientaste pela responsabilidade que te cabe na redacção do jornal. Mas como sabes, eu fui canalhamente atacado; preciso, portanto, de me defender. E onde fazer isso senão na nossa imprensa? Os jornais adversários não me publicariam nada, e os burgueses exigiam-me dinheiro, que muita falta me faz para outras coisas.

Assim, tem paciencia, aí vai um pouco do que tenho a dizer:

No dia 13 de março do ano corrente, o centro socialista da Póvoa de Varzim mandou distribuir ao público um convite para uma reunião na sua sede. Fui lá, e lá encontrei também alguns membros da comissão contra a Carestia da Vida que acorreram ao convite para observarem o que se ia tratar.

Aberta a sessão, o presidente disse que era necessario realizar-se um movimento contra a carestia do pão. Nesta altura pedi a palavra; quando me foi dada, demonstrei aos assistentes que nem só o pão estava caro: — todos os géneros subiram de preço. Por isso achava mais louvavel que os do centro fossem mais além, e protestassem contra a *Carestia da Vida*, isto apesar de se entender que esse protesto pertencia ás associações operárias que já o haviam iniciado, sem que o centro desse acordo de si.

Eu quando li o vosso convite supuz que pretendessem realizar uma reunião de caracter politico partidário, para mostrardes ao povo a equívoco e panacea parlamentar. Mas visto que assim não é, visto que vós quereis fazer um protesto contra este estado de coisas, *arredando dele toda a politica*, eu auxiliá-vos hei na medida das minhas forças. Contudo proponho que o centro consulte a comissão contra a carestia da vida para saber se ella deseja tomar conta do movimento ou se vo-lo quer entregar. Todos concordaram com a minha proposta e meteram-se ombros á empresa.

A comissão referida reuniu extraordinariamente para apreciar o assunto, e resolveu criar uma comissão especial para lhe dar andamento, afastando de si toda a politica. Todos nós ficamos satisfeitos, pois nos pareceu que essa tropa socialista, pela primeira vez na sua vida, se apresentava lial...

Decorreu tempo. E qual não foi o nosso espanto ao vermos um manifesto-convite apresentando como oradores num comício contra a carestia da vida, alguns membros da minoria socialista da câmara do Porto.

Procurei o camarada E. Corrêa para me informar. Ele respondeu-me: decididamente os socialistas não têm um vislumbre de dignidade. Calcula que eu e o V. de Castro, que fazemos parte da comissão, não fomos consultados sobre a ida ao Porto de dois individuos que foram arranjar oradores. Eu vou pedir a minha demissão.

No dia 19, dia em que realiso o comício, o centro fez um convite para o povo ir esperar os oradores á estação e fazer-lhes uma manifestação de simpatia. Lá compareci; e não podendo conter-me ante semelhante aviltamento disse a alguém aquilo que sentia.

Fomos para o comício. Aberto este ouvi engraxar autoridades locais e nacionais, atacar homens, citar nomes e por fim quererem expulsar-nos do recinto onde o comício se realisava. Nesta ordem de intrigas e calúnias o que se mais distinguio foi o pseudo socialista Francisco Pinto Cerqueira. Cheio de ódio avinhado, disse que eu era suspeito, que não sabia de